



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PLP 172/2024)**

Acrescentem-se §§ 6º e 7º ao art. 6º do Projeto, com a seguinte redação:

**“Art. 6º .....**

**.....”**

**§ 6º** Os beneficiários das emendas de transferências especiais, após o recebimento dos recursos, terão o prazo de doze meses para a execução do objeto da emenda:

**I** – o prazo para cumprimento disposto no § 6º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que justificado e informado ao Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas da União e ao autor da emenda;

**II** – a título de informação e transparência na realização do objeto, ficará o beneficiário incumbido de, a cada seis meses, inserir declaração eletrônica comprobatória no módulo de Transferências Especiais, demonstrando o percentual de execução física realizado para o cumprimento do objeto.

**§ 7º** A título de informação e transparência na realização do objeto, ficará o beneficiário incumbido de, a cada seis meses, inserir declaração eletrônica comprobatória no módulo de Transferências Especiais, demonstrando o percentual de execução física realizado para o cumprimento do objeto:

**I** – depois do prazo estabelecido, a prestação de contas será submetida as normas vigentes estabelecidas aos convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres.”

**JUSTIFICAÇÃO**

As Transferências Especiais foram inicialmente pensadas para desburocratizar a chegada das políticas públicas mais rapidamente ao ente



federado, porém precisam de mais transparência, celeridade e clareza em sua aplicação, execução e prestação de contas. Nossa contribuição vem no intuito de possibilitar o acompanhamento e dar melhor rastreabilidade ao emprego desses recursos públicos.

Sala das sessões, 5 de novembro de 2024.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**

